



Paim (E), ao lado de Sarney, que preside a sessão, é autor de uma das emendas aceitas por Jucá (segunda foto, à esq.), que debate com Heráclito (à dir.) seu relatório sobre o projeto de conversão

Senadores aprovam MP que repassa R\$ 1 bi a municípios

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão relativo à medida provisória que aumenta em R\$ 1 bilhão os recursos do Fundo de Participação dos Municípios. O objetivo é amenizar a queda de receitas decorrente da crise financeira internacional. Além de socorrer os municípios, a MP trata de outros 11 assuntos, como o reforço do Fundo de Garantia para a Construção Naval, a remuneração de prefeituras que administram o Bolsa Família e a criação de um Comitê de Revisão de Dívidas Previdenciárias dos Municípios. **3**



Na audiência pública da Comissão de Infraestrutura, Faustinus Lins, Márcia Bassit Mazzoli e os senadores Fernando Collor e Eliseu Resende

Comissão fará ciclo de debates sobre o petróleo

Discussões sobre regras para o pré-sal serão realizadas na Comissão de Infraestrutura, que ontem promoveu audiência pública sobre as ações de saneamento básico do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **4**

Regras para o pré-sal exigem regime de urgência?

O pedido de urgência para exame dos projetos que estabelecem regras para exploração do petróleo na camada pré-sal recebeu duras

críticas da oposição. Sérgio Guerra disse que o presidente Lula agride a democracia; Arthur Virgílio lembrou que os países desenvolvidos

estão investindo em energia limpa; Lúcia Vânia cobrou maior discussão, mas a urgência foi defendida por Gim Argello. **4 e 5**

Azeredo protesta contra maus-tratos a Patrícia Saboya

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Eduardo Azeredo, protestou ontem contra os "maus-tratos e constrangimentos" que teriam sido impostos à senadora Patrícia Saboya em aeroporto de Roma. **6**



Reforma não impõe limitação à internet, garante relator

Relator da proposta de reforma eleitoral na Comissão de Ciência e Tecnologia, o senador Eduardo Azeredo afirmou ontem que "não há limitação no uso da internet no caso de matérias jornalísticas, blogs e twitters". Ele disse que "isso tudo está liberado" e atribuiu as críticas a desconhecimento ou má-fé. **2**

Azeredo confirma apresentação de emenda durante a votação da reforma na terça-feira

Rebatendo críticas à proposta aprovada na quarta-feira por duas comissões da Casa, parlamentar afirma que o Senado não vai impor limites ao uso da rede

Azeredo quer liberar internet na campanha eleitoral

O SENADOR EDUARDO Azeredo (PSDB-MG) disse ontem que “não há limitação no uso da internet no caso de matérias jornalísticas, blogs e twitters”. Relator do projeto de reforma eleitoral na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Inovação (CCT), o representante mineiro afirmou à Agência Senado que “isso tudo está liberado”.

Ao explicar o teor da emenda de relator que deverá apresentar ao projeto em Plenário, Azeredo rebateu as críticas que vêm sendo feitas à proposta de reforma (PLC 141/09), aprovada em reunião conjunta da CCT com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na última quarta-feira. Essas críticas estão centradas, princi-



Azeredo: regras do debate na rede serão as mesmas da TV e do rádio

palmente, na suposta tentativa do Senado Federal no sentido de impor limites à campanha eleitoral na internet.

– Quem está fazendo essa

crítica, está fazendo por desconhecimento ou por má-fé – disse o parlamentar.

Azeredo explicou que, de acordo com sua emenda, as regras dos debates na internet deverão ser as mesmas aplicadas à televisão e ao rádio, “pois a internet se comporta, neste caso, como esses veículos”.

Na entrevista, Azeredo confirmou a apresentação da emenda durante a votação do projeto em Plenário, prevista para a próxima terça. Para que as modificações na legislação eleitoral vigorem já no pleito de 2010, têm que ser aprovadas pelas duas Casas do Congresso até o dia 30 de setembro e sancionadas pelo Executivo até 3 de outubro, um ano antes das eleições de 2010.

João Pedro: nova linha de energia para Amazônia



João Pedro confirma construção de linha de transmissão para Manaus

Até o final de 2011, deverá estar concluída linha de transmissão ligando a usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, a Manaus. Foi o que garantiu o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, conforme relato de João Pedro (PT-AM).

A obra beneficiará 29 municípios da região, afirmou o senador. João Pedro disse que a construção da linha de transmissão, incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), eliminará a dependên-

cia da região em relação à energia termelétrica.

– Há cerca de nove anos começou uma reivindicação da população de Parintins [AM]. Mas o planejamento do governo levou para uma obra mais significativa, estruturante: levar para Manaus a energia de Tucuruí. Teremos uma obra no valor de R\$3,34 bilhões. Fico satisfeito e feliz em saber que até o final de 2011 esse trecho da Amazônia terá energia elétrica – disse.

Cícero Lucena quer municípios da Paraíba na região do semiárido

Cícero Lucena (PSDB-PB) defendeu em Plenário a inclusão de 21 municípios da Paraíba, pertencentes à microrregião de Guarabira, na região do semiárido nordestino.

A medida, disse, deverá permitir que milhares de produtores rurais e suas famílias que convivem com a seca possam se beneficiar das políticas públicas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) destinadas a minimizar os efeitos causados pelos fenômenos climáticos.

– Sem o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional, os municípios estão impedidos de receber ações básicas de combate aos efeitos da seca, como a construção de cisternas de placas, a perfuração de poços artesianos e a construção e ampliação de reservatórios de água, entre outros – disse o



Fotos de Gerardo Magliolo

Sem o reconhecimento, não há como receber benefícios, diz Cícero Lucena

senador.

Segundo Cícero Lucena, todos os municípios da microrregião de Guarabira se enquadram em pelo menos um dos critérios estabelecidos pela Sudene para o enquadramento no semiárido. O mais comum deles, disse, é o do “risco de seca”.

Nery: bispos do Norte cobram desenvolvimento sustentável

O senador José Nery (PSOL-PA) solicitou o registro nos Anais do Senado da carta aberta aprovada pela 32ª Assembleia de Pastoral Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Norte, realizada de 26 a 28 de agosto. Nery disse que as reflexões dos bispos merecem a atenção de todos os senadores.

Na carta, os bispos do Pará e do Amapá afirmam que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) continuam operantes, escutando e meditando a Palavra de Deus. Além disso, as CEBs procuram unir fé e vida e buscam enfrentar os desafios da realidade ambiental da Amazônia. Os bispos criticaram o modelo de desenvolvimento econômico adotado na região, “que privilegia os que detêm o poder político e econômico”, conforme o texto.

Na avaliação dos bispos, esse modelo de desenvolvimento é opressor e atinge os povos indígenas, populações ribeirinhas, remanescentes de quilombos, migrantes e trabalhadores. A carta assinala que muitos desses “não temem ir à luta para manifestar sua oposição a projetos faraônicos que destroem o meio ambiente e atentam contra a vida, sendo porém cri-



Documento foi aprovado em encontro da CNBB Norte, segundo José Nery

minalizados por sua coragem e iniciativa”.

“Sabemos que cada motosserra que derruba nossa mata, cada barragem que represa os nossos rios, ceifa um pouco de vida e destrói esperanças e sonhos de nossa gente. Interrogamo-nos, cada vez mais, qual será o futuro desta região”, dizem os bispos.

A carta faz um apelo aos governantes para que se conscientizem da real situação em que a Amazônia se encontra e optem pelo desenvolvimento sustentável e “solidariamente compartilhado”. Os bispos afirmaram que continuarão lutando contra um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante.

Servidores do Senado mostram seus talentos

O programa Senado Cultural lançou o projeto Pratas da Casa, cuja estreia está marcada para terça-feira, às 19h, no auditório do Interlegis.

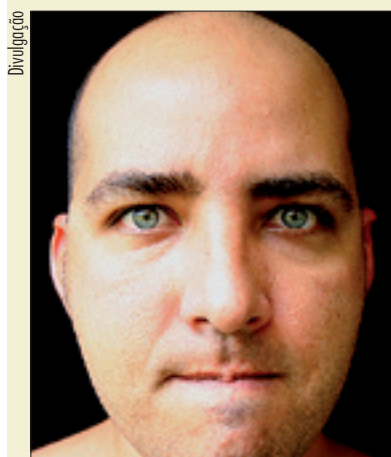
No primeiro semestre, foi lançado um edital convidando os servidores a participarem. A organização do Senado Cultural elencou as efemérides musicais celebradas este ano e listou-as como sugestão para os “pratas da casa”, que aceitaram o desafio. Até dezembro, serão realizados 11 shows no Interlegis e a 12ª apresentação do ano reunirá todos os artistas das apresentações anteriores para uma confraternização

no palco da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional de Brasília.

A estreia do projeto, às 19h, será com a servidora do gabinete de Papaléo Paes (PSDB-AP), Vanessa Pinheiro. A cantora incluiu em seu currículo elogios do crítico brasileiro Tárk de Souza. Ela lançou seu primeiro CD em 2004 e está agora lançando o segundo, *Varanda*.

Vanessa escolheu, para homenagear, Nara Leão e Dolores Duran. Ela será acompanhada do violonista Fabiano Borges, mestre em musicologia pela Universidade de Brasília (UnB), estúdio do choro brasileiro e do violão de sete cordas.

Na quarta-feira, também às 19h, será o show do produtor musical, compositor, escritor e jornalista da TV Senado Assis Medeiros, que pretende homenagear os 50 anos de carreira de Roberto Carlos e também cantar composições próprias. Assis cantará e tocará guitarra, acompanhado por Fernando Fernandes no baixo e nos vocais, e por Marco Guedes na bateria. O último disco de Assis, *Burro de carga*, foi lançado em 2007. Sua estreia no mundo fonográfico se deu com *Pirata*, em 2004. No momento, Assis prepara um disco dedicado ao baião.



Assis Medeiros interpretará Roberto Carlos, e Vanessa Pinheiro homenageará Nara Leão e Dolores Duran



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

Às 9h, a sessão é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos. Entre os oradores inscritos, estão os senadores Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Serys Slhessarenko (PT-MT).



Defesa da descriminalização da droga é "discurso fácil", diz Magno Malta

Malta critica proposta de FHC sobre maconha

Magno Malta (PR-ES) criticou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ter defendido a descriminalização do uso da maconha. Dizendo que tinha "o maior respeito" pelo ex-presidente, o senador assinalou que propostas como essa "são um simples discurso fácil". Ele criticou ainda o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, por defender ideia semelhante e ter participado de uma manifestação em defesa da descriminalização da maconha.

O senador propôs que o governo incluía na regulamentação da exploração de petróleo na camada de pré-sal dispositivo destinando parte da riqueza a ser gerada à segurança pública, especialmente no combate ao tráfico de drogas.

Malta informou que a CPI da Pedofilia, da qual é presidente, convocou os dois irmãos da Paraíba envolvidos no episódio de ameaças a sua vida por meio do serviço Alô Senado.

Valter Pereira lembra aniversário de Ladário (MS)

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) comemorou em Plenário o aniversário de 231 anos de fundação da cidade de Ladário, localizada no Pantanal sul-mato-grossense.

Em seu pronunciamento, Valter Pereira recordou o episódio da chegada à região do sertanista João Leme do Prado, no dia 2 de setembro de 1778, lançando as bases da futura cidade, que conquistou sua emancipação política em 1953.

Ressaltando a importância geopolítica do município, ele lembrou também a construção do Arsenal de Marinha às margens do rio Paraguai.

– Ladário é uma cidade que nasceu com a missão de defender o Brasil da cobiça estrangeira. Porém, com o tempo, seu povo trabalhador e hospitaleiro encontrou outras atividades para atrair aqueles que gostam da natureza, de uma pescaria farta, ou de uma peixada que só o ladarense sabe fazer – disse.



Valter Pereira: município nasceu com a missão de defender o Brasil

Relator da matéria, Romero Jucá incluiu no projeto de lei de conversão 22 emendas, atendendo a sugestões de senadores de diversos partidos. Proposta retorna à Câmara

Aprovada medida provisória que amplia repasses do FPM

APÓS MUITA DISCUSSÃO, o Senado aprovou ontem a medida que aumentou em R\$ 1 bilhão os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) visando amenizar a queda das receitas municipais devido à crise financeira internacional.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/09, acolhido em votação simbólica, é oriundo da Medida Provisória (MP) 462/09, editada no mês de maio pelo presidente da República.

A MP trata ainda de outros 11 assuntos, alguns com a mesma finalidade de reduzir os impactos da crise. Um exemplo é o reforço de R\$ 4 bilhões para o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). O fundo foi criado no ano passado com capital de R\$ 1 bilhão do Tesouro Nacional a fim de garantir operações de financiamento à construção naval, inclusive estaleiros.

Outro assunto incluído foi a autorização para as prefeituras que administram o Bolsa Família descontarem até 3% dos repasses federais para cobrir despesas de execução do programa. A MP também autorizou o Dnit a uti-

lizar recursos federais até 2012 em obras de conservação de trechos rodoviários da União que foram repassados aos estados em 2002.

Débitos com INSS

A MP determinou ainda que os gastos das empresas com planos de saúde para seus empregados não têm natureza salarial. Assim, esses gastos não podem ser incorporados à remuneração do funcionário, deixando de constituir base para a cobrança de FGTS ou de contribuição previdenciária. Também criou um Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária dos Municípios, visando promover um encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários das prefeituras junto ao INSS.

O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou parecer concordando com o texto que veio da Câmara e agregou outras 22 emendas, sendo uma de redação. Todas foram aprovadas. A primeira amplia benefícios contemplados no processo de renegociação das dívidas rurais. Uma outra

trata de linha de crédito para agricultores familiares. Mais uma autoriza a Conab a doar feijão para a população em insegurança alimentar.

As emendas que Jucá incorporou ao seu relatório, segundo ele próprio, acolhem sugestões de senadores de diversos partidos. Foi o caso da emenda que beneficia os estados exportadores na questão do crédito-prêmio do IPI, de autoria de Paulo Paim (PT-RS). Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) apoiaram a iniciativa. Porém, Jucá antecipou que a emenda poderá ser vetada.

Ainda foram incluídas por Jucá outras alterações, como a definição dos limites da Reserva Extrativista de Iguape (BA), a isenção do PIS/Cofins para frigoríficos, a ampliação do prazo para municípios parcelarem débitos, a correção do nome do Ministério da Agricultura e a gestão descentralizada do Bolsa Família. Devido às mudanças aprovadas no Senado, a matéria retorna à Câmara para apreciação pelos deputados.



Na tentativa de adiar decisão, Alvaro (D) afirma que não houve acordo; Jucá diz que líder do PSDB concordou com votação

Alvaro diz que vai recorrer à Comissão de Justiça

No exercício da liderança do PSDB, o senador Alvaro Dias (PR) tentou adiar a votação da medida provisória para a próxima semana, com o argumento de que o relatório de Romero Jucá não foi debatido e sequer lido pelos senadores. Alvaro pediu ao presidente José Sarney que não colocasse a matéria em deliberação por não ter havido acordo entre os líderes.

Jucá ponderou que o Plenário já havia aprovado a constitucionalidade da MP e que o próprio líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), havia concordado com a votação. Sarney interrompeu o processo por cinco minutos para que fosse tentado um acordo.

Após, Alvaro reafirmou sua disposição de tentar adiar a decisão sobre o mérito da matéria. Além disso, considerou o texto do PLV inconstitucional, por abranger assuntos sem urgência ou relevância. Também

protestou contra o fato de a MP incluir assuntos diversos, não relacionados entre si.

– O que quase sempre coloca mal o Congresso é exatamente aceitar a imposição de MPs sem uma análise responsável. São temas os mais variados, vão desde Bolsa Família a Fundo de Marinha Mercante, passando pelo crédito-prêmio do IPI. Portanto, é uma verdadeira enciclopédia. Eu votaria favoravelmente em muitos desses itens, mas precisamos analisar item por item.

Mas a matéria foi votada e, depois de aprovada, Alvaro pediu votação nominal para que os senadores registrassem seus votos no painel. Para que isso ocorresse, ele necessitaria do apoio de outros três líderes. Também não conseguiu.

Alvaro disse que recorrerá à Comissão de Constituição e Justiça, por entender que o projeto aprovado é "um monstro".

O fato de a MP abranger assuntos diversos não foi questionado apenas por Alvaro. Tião Viana (PT-AC) disse que, segundo a Lei Complementar 95/98, uma lei não pode conter matéria estranha ao seu objeto. Valter Pereira (PMDB-MS) manifestou sua contrariedade com o fato de tratar de questões muito diferentes entre si.

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), associou-se aos que criticaram o PLV por conter tantos dispositivos diferentes, mas defendeu a aprovação.

O fato de Mercadante ter feito essa manifestação levou Heráclito Fortes (DEM-PI) a ameaçar obstruir a votação.

– A oposição não vai assumir essa responsabilidade se o líder do PT não fizer um esclarecimento – disse Heráclito.

Mercadante explicou sua posição e a matéria pôde, então, ser aprovada.



Segundo Paim, Fórum Industrial do Sul ajudou a elaborar a proposta

Paim defende emenda para crédito-prêmio

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a emenda encaminhada por ele ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/09, aprovado ontem em Plenário, foi elaborada com a participação do Fórum Industrial do Sul. A emenda trata do crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e garante o benefício para exportações realizadas até 1990.

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que confirmou por unanimidade, em 13 de agosto, que o crédito-prêmio do IPI foi extinto em 5 de outubro de 1990, parlamentares passaram a articular uma saída para evitar que as empresas tivessem que devolver aos cofres federais o valor referente ao benefício utilizado de 1990 a 2002.

Paim explicou que a emenda que apresentou procura neutralizar as consequências de um eventual veto pelo presidente da República, além de conferir isonomia ao setor exportador.

Mão Santa anuncia protesto de prefeitos do Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou em discurso que, no Nordeste, "os prefeitos estão lascados", enfrentando dificuldades financeiras provocadas pela crise financeira internacional, que reduziu os repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Por isso, prefeitos do Piauí programaram um protesto para terça-feira, em Teresina, quando farão uma marcha entre o palácio do governo do estado e a assembleia legislativa.

– A coisa não está boa, não. Esse negócio de pré-sal é para enganar a mídia. Enganar e esconder a verdade.

Mão Santa disse que participará da marcha dos prefeitos piauienses e convidou os senadores do seu estado a fazerem o mesmo. Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) sustentou que a ajuda aos prefeitos, para minimizar a crise, "é uma falácia" e que muitas prefeituras não terão dinheiro para pagar o 13º salário de seus servidores.



Mão Santa avalia que prefeitos do Nordeste "estão lascados"

Retenção de Patrícia Saboya por policiais em aeroporto italiano motivou nota do presidente da Comissão de Relações Exteriores, que considerou ato um "desrespeito"

Azeredo protesta contra constrangimento a senadora



Patrícia já foi liberada em Roma, segundo informações da CRE

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), divulgou nota de protesto contra os "maus-tratos e constrangimentos" que teriam sido impostos por policiais italianos à senadora licenciada Patrícia Saboya (PDT-CE) no aeroporto de Fiumicino, em Roma.

Segundo informações da comissão, a senadora foi liberada e as autoridades italianas estão sendo questionadas sobre o ocorrido.

Veja a íntegra da nota:

"Nota de Protesto

Na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, venho a público protestar contra os maus-tratos e constrangimentos impostos pela polícia italiana à senadora Patrícia Saboya, detida, sem maiores explicações, no Aeroporto de Fiumicino em Roma. Considero esse ato uma prova de desrespeito ao Poder Legislativo e à condição da mulher brasileira e exijo explicações das autoridades competentes do país europeu. Senador Eduardo Azeredo"



Waldemir Barreto

Zambiasi diz que bancada do PTB fechou questão sobre propostas

Zambiasi: PTB apoia fim do fator previdenciário e "reajuste digno"

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) anunciou em Plenário que a bancada do seu partido na Câmara dos Deputados vai votar pela aprovação do projeto de Paulo Paim (PT-RS) que extingue o fator previdenciário e da emenda do senador gaúcho que estende às aposentadorias e pensões o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo.

Segundo Zambiasi, a bancada do PTB "fechou questão" sobre as duas iniciativas, já aprovadas pelo Senado Federal.

– O Senado fez a sua parte; precisamos repetir isso muitas vezes para que a população brasileira saiba que, independentemente de suas crises, o Senado trabalha, produz – assinalou.

Na opinião de Zambiasi, essas propostas "representam avanços fundamentais para a dignidade não apenas do aposentado, mas da nação brasileira". O parlamentar informou que aposentados, pensionistas e suas entidades representativas já agendaram manifestações, na semana que vem, na Câmara

dos Deputados para pressionar pela aprovação dessas matérias.

O senador disse ainda que, a cada ano, os benefícios de aposentados e pensionistas ficam mais defasados e considerou injusta a situação que enfrentam, lembrando que "esses homens e mulheres contribuíram com uma vida inteira de trabalho e merecem uma perspectiva melhor para os seus dias".

– Haverá de chegar o momento em que o reajuste será idêntico para todos os salários – afirmou.

Suplicy questiona aumento no orçamento da Casa

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu explicações ao presidente do Senado, José Sarney, a respeito de um eventual "acréscimo", em relação a 2009, no orçamento da Casa para 2010.

Suplicy disse estranhar um aumento de R\$ 10 milhões nas estimativas de despesas, tendo em vista a expectativa de redução de R\$ 376 milhões, manifestada por Sarney quando da divulgação da proposta de reforma administrativa elaborada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com Suplicy, ao contrário do Senado, a Câmara dos Deputados terá um orçamento R\$ 130 milhões menor no próximo ano. O senador pediu à Mesa explicações sobre a implementação das recomendações da FGV.

– A Comissão Diretora já concluiu a análise do estudo da FGV? Quais são as suas conclusões? Quando teremos acesso a esse documento? – perguntou.

Na presidência dos trabalhos, Sarney respondeu que a proposta de reestruturação está sendo analisada pelo Conselho de Administração do Senado, o qual enviará suas conclusões, na semana que vem, para a Comissão Diretora. Em seguida, a proposta deve seguir para o Plenário, prometeu o presidente do Senado.

Com relação às despesas previstas para 2010, Sarney garantiu que a Consultoria de Orçamento do Senado fornecerá as explicações ao parlamentar do PT.

Suplicy pediu igualmente



Genardo Magalhães

Sarney (E) diz a Suplicy que a reforma administrativa vai ao Plenário

informações sobre a situação de servidores terceirizados da área de limpeza e conservação do Senado. Ele disse que, devido à meta de redução de custos, a administração do Senado realizou licitação para a contratação de serviços de limpeza, vencida pela empresa Fiança Serviços Gerais Ltda., que já presta o serviço.

Aviso prévio

Entretanto, com a nova licitação, afirmou o senador, os salários dos terceirizados da limpeza passaram de R\$ 602,53 para R\$ 508. Com isso, disse Suplicy, a Fiança informou que, a partir de hoje, os atuais funcionários estarão de aviso prévio. Para o senador, "a redução de custos não deveria começar com a redução do salário de funcionários terceirizados, que já recebem baixos salários".

Suplicy considerou que seria

melhor iniciar a economia pelo corte das gratificações e vantagens recebidas por servidores que integram comissões especiais, conforme estabelece o Projeto de Resolução 29/09.

Comissões especiais

Já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto acaba com o pagamento de gratificações e vantagens para servidores efetivos ou comissionados que integrem qualquer uma das 71 comissões especiais de funcionários que funcionam na Casa.

O senador explicou que o projeto acaba com adicionais que variam de R\$ 1.300 a R\$ 2.600 por mês, pagos a cerca de 300 servidores que, "trabalhando dentro do horário de expediente, em geral, recebem a mais para desempenhar atividades que são próprias de suas atribuições".

Paim acredita em acordo que atenda a aposentados da Aerus

Paulo Paim (PT-RS) disse quarta-feira que acredita na possibilidade de um acordo com a União visando garantir o pagamento de R\$ 4,5 bilhões aos aposentados e pensionistas do Aerus, o fundo de pensão da antiga Varig.

O anúncio foi feito após reunião de Paim e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) com o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, no gabinete da Presidência do Senado. Uma nova reunião entre os senadores e os representantes dos aposentados ficou marcada para daqui a 15 dias.

– No momento da quebra da Varig, eles teriam a receber R\$ 4,5 bilhões. Há um passivo

de R\$ 6,5 bilhões. Os números não estão batendo. As reuniões vão continuar em busca de um diálogo que garanta os R\$ 4,5 bilhões para os companheiros do Aerus – assinalou Paim.

A presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, que participou da reunião, afirmou que o encontro foi "produtivo, pois pela primeira vez os aposentados puderam saber o que está faltando para a construção do acordo".

– A esperança é a última que morre – disse Graziella, assegurando que a União se mostra sensibilizada com a "questão social" que envolve o fundo de pensão Aerus.



Genardo Magalhães

Zambiasi (2º à esq.) e Paim (D) reúnem-se com Toffoli (2º à dir.) no Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Paulo Paim • Wellington Salgado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Incompetência levou o caos à saúde, diz Marisa



Marisa Serrano

Marisa Serrano (PSDB-MS) responsabilizou o governo federal "pelo caos que a saúde pública enfrenta". O problema, disse, "não é falta de dinheiro", mas de competência. Por isso, "as pessoas dormem nas filas" dos hospitais para conseguir atendimento.

– A verdade é que tem havido uma administração errática na saúde. O PSDB deixou um legado na área de saúde. Qual é o legado deste governo na saúde? – perguntou.

Segundo Marisa Serrano, mais brasileiros já morreram da gripe A do que nos Estados Unidos e no México. A senadora disse ser contrária à recriação da CPMF, sob o nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS).

Crivella comemora sanção da Marcha para Jesus



Marcelo Crivella

A sanção, pelo presidente Lula, do projeto que instituiu o Dia Nacional da Marcha para Jesus foi comemorada por Marcelo Crivella (PRB-RJ). De acordo com a nova lei, originada de projeto do senador, a comemoração ocorrerá sempre no primeiro sábado 60 dias após o domingo de Páscoa.

A "marcha do amor de Cristo para o Brasil", de acordo com o senador, é um "brado de reafirmação da fé cristã nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade". Entre as mensagens que quer propagar às gerações futuras, segundo Crivella, está a de que "o capitalismo sem ética cristã é a crise impiedosa que assola o mundo sob o império da opressão do mais forte".

Plenário presta homenagem aos corretores de imóveis

Sessão especial em Plenário homenageou o Dia do Corretor de Imóveis, comemorado em 27 de agosto, data da edição da lei que regulamentou a profissão.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e outros senadores destacaram a importância dos corretores para o progresso econômico do país, ao contribuir para o giro da cadeia produtiva da indústria imobiliária, e o viés social da profissão, que auxilia na realização do sonho da casa própria.

Subscritor da proposta para a homenagem, Adelmir Santana (DEM-DF) lembrou que, desde a edição da Lei 6.539/78, o exercício da atividade exige pelo menos o curso médio e habilitação como técnico em transações imobiliárias. Ele acrescentou que a atividade é regida também pelo Código de Ética Profissional.

Para Roberto Cavalcanti (PRB-PB), a presença do corretor de imóveis é a garantia de que o negócio será justo e trará satisfação para o comprador e o vendedor. Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu para a categoria a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de carro para uso nos seus deslocamentos. Ideli Salvatti (PT-SC) destacou o bom momento da indústria da construção civil e do mercado imobiliário. O presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), João Teodoro, considerou acertadas as medidas de estímulo à construção civil adotadas pelo governo. Em razão das isenções tributárias e a ampliação do crédito, segundo ele, o Brasil conseguiu sair bem melhor que outros países da crise mundial.



Getúlio Romão, João Teodoro, Mão Santa, Luiz Carlos Attiê e Cláudio Nasser (D)

Rádio Senado celebra 90 anos de Jackson do Pandeiro

Em 31 de agosto, o músico paraibano Jackson do Pandeiro teria completado 90 anos. Em homenagem a ele, a Rádio Senado apresenta a reportagem especial "Jackson do Pandeiro – 90 anos do rei do ritmo". O programa – que colheu depoimentos sobre o músico e reuniu entrevistas do próprio Jackson à TV Cultura – vai ao ar hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e domingo, às 17h.

O programa *Prosa e Verso* apresenta amanhã, às 9h, o

especial "Um Lugar Chamado Brasil". A atração vem a propósito da comemoração da Semana da Pátria.

Na segunda-feira, o programa *Fique por Dentro da Lei* é sobre a campanha "Certidão de nascimento: um direito que dá direitos", do governo federal.

Em Brasília, a Rádio Senado é sintonizada na estação 91,7 FM, e em Natal, na 106,9 FM. Na internet, a programação ao vivo está em www.senado.gov.br/radio.

Especialista elogia PEC que prevê ensino público integral

Representante dos secretários municipais de educação diz que conceito de tempo integral não exige necessariamente a permanência dos estudantes na própria escola

A PROPOSTA QUE dispõe sobre a nacionalização da educação básica e prevê ensino integral nas escolas públicas "representa um avanço muito grande para os interesses da educação pública brasileira e principalmente para o sistema municipal", afirmou o vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Raimundo Moacir Feitosa, secretário de Educação de São Luís.

– Trabalhamos com um conceito que não é necessariamente de escola em tempo integral, com a obrigatoriedade de as crianças permanecerem de seis a oito horas na própria escola, mas sim de educação em tempo integral, no qual as crianças pudessem estender o tempo de aprendizado em outros espaços da cidade – explicou.

Feitosa participou de audiência conjunta nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE), com o objetivo de discutir a proposição



Raimundo Moacir Feitosa e Marisa Serrano em audiência conjunta da CCJ e da CE

(PEC 74/05), que tem Cristovam Buarque (PDT-DF) como primeiro signatário. O senador disse que, quando se fala em educação, a principal preocupação tem sido em torno do montante de recursos necessários para implementar determinado programa, quando, em sua opinião, o correto seria que a preocupação recaísse sobre o tempo necessário para se implantar totalmente o programa. Mesmo com a obser-

vação, o senador frisou que o aporte de recursos é fundamental para qualquer programa na área educacional.

– Para realmente melhorar a qualidade da educação no Brasil inteiro, serão necessários pelo menos 20 anos. Por isso, eu defendo a criação da carreira nacional do magistério, com descentralização gerencial, e salário digno e pago pelo governo federal – afirmou.

Proposta garante oferta gratuita no ensino médio

O objetivo da proposta sobre a nacionalização do ensino público, debatida ontem em audiência, é reafirmar o compromisso e a responsabilidade da União para com a educação básica – que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – e garantir sua qualidade.

A PEC 74/05, encabeçada por Cristovam Buarque, foi assinada por mais outros 30 senadores e necessita da aprovação de lei para regulamentá-la.

Entre as principais sugestões, está a adoção da jornada inte-

gral na educação básica.

A proposta estabelece que é dever do Estado assegurar não apenas o ensino fundamental obrigatório e gratuito, como já é determinado hoje, mas também o ensino médio, e explicita que esses dois níveis de ensino abrangerão os brasileiros dos seis aos 17 anos de idade.

O texto, que será votado na CCJ, prevê a oferta de programas suplementares da União de apoio a bibliotecas escolares e de suprimento de uniformes aos estudantes da educação básica pública.

Outro acréscimo feito pela PEC estende aos alunos do ensino médio o recenseamento e a chamada escolar. A proposta determina que a responsabilidade das autoridades públicas em relação à educação seja generalizada a toda a educação escolar.

A PEC propõe que sejam fixados conteúdos mínimos também para o ensino médio, e não só para o fundamental e institui a Poupança Educacional do Brasil.

Depois de votada na CCJ, a PEC segue para o Plenário.

Gilvam pede a conclusão da BR-156 no Amapá



Gilvam Borges

"Fogo, fumaça, pneus queimados e BR interditada: foi assim o protesto feito pelos moradores de Laranjal do Jari, no último fim de semana, quando eles fecharam o sentido sul da BR-156, cobrando asfalto na estrada." Ao descrever a manifestação que durou cerca de seis horas, Gilvam Borges (PMDB-AP) reforçou o apelo pela conclusão da rodovia.

O senador sugere que a responsabilidade pelo serviço seja transferida para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Ele informou que a bancada federal, da qual é coordenador, assinou um ofício em conjunto pedindo ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que autorize o Dnit a assumir as obras da BR-156.

Fátima Cleide: maior compensação a Rondônia



Fátima Cleide

Fátima Cleide (PT-RO) defendeu em Plenário a ampliação da compensação do governo federal a Rondônia, em virtude da desativação de usinas termelétricas após a conexão do Sistema Rondônia/Acre com o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A indenização está prevista na MP 466/09, mas por apenas um ano. Fátima Cleide apresentou emenda à proposição para que o benefício ocorra por cinco anos.

– A emenda que apresentei garante ao estado uma compensação de cinco anos, em caráter decrescente, objetivando diluir o impacto dessa perda num espaço de tempo razoável – disse a senadora.



Geraldo Magalhães

OMC poderá impor multa aos EUA de R\$ 2,2 bilhões, lembra Valadares

Valadares defende Brasil em disputa com Estados Unidos

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem a posição do Brasil em duas disputas comerciais com os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC). Na primeira delas, o Brasil discute a possibilidade de retaliar os Estados Unidos por subsídios à produção de algodão. Na segunda, o Brasil questiona as medidas *antidumping* (venda do produto abaixo do preço de mercado) impostas pelos americanos às importações de suco de laranja.

– O clima de fricção comercial entre Brasília e Washington pode resultar em uma decisão da OMC, em uma multa que poderá ser imposta aos Estados Unidos da ordem de R\$ 2,2 bilhões em favor do Brasil – disse o senador, em referência à disputa no setor algodoeiro.

Valadares registrou, citando dados do jornal *Valor Econômico*, que, em 2009, os americanos foram os maiores exportadores de algodão, com US\$ 2,9 bilhões em favor de suas divisas. Os Estados Unidos, disse, detêm uma fatia de 39% do mercado mundial.

Suco de laranja

Quanto à disputa em torno do suco de laranja, Valadares explicou que os Estados Unidos acusam o Brasil de utilizar subsídios ilegais para introduzir o produto congelado em seu mercado.

– Os americanos estão impondo sobretaxas, além do câmbio, que dão prejuízos consideráveis ao nosso país, e o Brasil está provando que, ao contrário de praticar *dumping*, quem está promovendo essa ilegalidade são os americanos, com subsídios ilegais concedidos aos seus produtores de algodão.

Maior exportador mundial de suco de laranja, com US\$ 1,7 bilhão, disse Valadares, o Brasil consome apenas 2% do que produz. No último ano, 20% da produção foi vendida para os Estados Unidos. Os produtores da Flórida seriam os principais concorrentes dos brasileiros.

O país vizinho adiou reunião do Conselho do Mercado Comum que tornaria oficial o critério de proporcionalidade para a eleição dos integrantes do Parlamento do Mercosul

Mesquita Júnior critica Paraguai por atrasar acordo

O ADIAMENTO DA reunião do Conselho do Mercado Comum, solicitado pelo Paraguai, poderá colocar em risco o Parlamento do Mercosul, alertou o vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). A reunião, que estava marcada para a próxima terça-feira, aprovaria recomendação do Parlamento do Mercosul de adoção do critério de proporcionalidade para eleger os parlamentares do bloco.

O tema da proporcionalidade vem sendo discutido há mais de um ano e em maio, em Assunção, chegou-se a um acordo, ratificado na última sessão do parlamento. A sugestão, observou, precisa agora ser adotada pelo Conselho do Mercado Comum – composto por ministros das Relações Exteriores e da Economia da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – para se

tornar regra.

O entendimento inicial era de que o Brasil teria 75 parlamentares, enquanto Paraguai e Uruguai manteriam os atuais 18, explicou. Em maio, a Representação Brasileira aceitou reduzir a sua bancada, no período de 2011 a 2014, para 37 parlamentares.

O impasse ocorre no momento em que o Congresso discute projeto que regula as eleições dos integrantes brasileiros do Parlamento do Mercosul, previstas para 2010. Para que elas ocorram, o projeto deve ser aprovado até o final de setembro. Como a proposta enfrenta resistências da oposição, o projeto pode não ser aprovado a tempo. Nesse caso, o Brasil continuaria a ser representado em Montevidéu por parlamen-



Mércia Kolumbe

Mesquita Júnior: o que está em jogo é a integração

tares indicados pela Câmara e pelo Senado.

Mesquita Júnior também defendeu a criação de um sistema integrado de defesa do consumidor no âmbito do Mercosul.

– São violações de direitos que dizem respeito, de forma difusa, a comunidades inteiras – alertou o senador durante audiência da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) do Parlamento do Mercosul (Parlasul).



Mércia Kolumbe

Mirtha Palacios, do Paraguai, disse esperar que o Parlasul ache solução para o impasse

Parlamentares pedirão a Lugo votação da proposta

A presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul (Parlasul), Mirtha Palacios, afirmou ontem que parlamentares paraguaios poderão levar ao presidente daquele país, Fernando Lugo, pedido para que não haja obstrução do acordo que determina o critério da representatividade proporcional dos países do bloco na constituição do Parlasul. Ela disse esperar que os parlamentares do Mercosul encontrem uma solução para o problema.

As observações foram feitas durante audiência pública sobre integração regional, direitos humanos, direitos do consumidor e direito à terra nos estados partes do Mercosul. O debate ocorreu ontem no Senado.

A audiência da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlasul discutiu ainda a violência doméstica, com participação da presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, Rosmary Corrêa. O sistema carcerário também foi abordado, com palestra do deputado federal Domingos Dutra (PT-MA).

Voto de aplauso à OEA pela reintegração de Cuba

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem voto de aplauso à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela “decisão histórica” de reintegração de Cuba, adotada em assembleia geral, em Honduras. O requerimento, de Paulo Paim (PT-RS), teve como relator *ad hoc* João Pedro (PT-AM).

O relator recordou que Cuba foi suspensa da OEA em 1962, após a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana de 1959.

João Pedro é autor de outro requerimento aprovado, para audiência pública sobre a posição do governo brasileiro em relação à criação de um Estado palestino.

A comissão aprovou ainda o Projeto de Decreto Legislativo 506/09, que traz o Memorando de Entendimento entre Brasil e Dinamarca nas áreas de energias renováveis e eficiência energética.

Seis outros projetos de decreto legislativo receberam parecer favorável. O PDS 477/09, com o acordo de cooperação técnica entre Brasil e Gâmbia; o PDS 479/09, referente à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar; o PDS 488/09, que unifica o prazo de 90 dias para a permanência de turistas de países do Mercosul; o PDS 491/09, que aprova acordo com a Suécia sobre atividades remuneradas por parte de dependentes de diplomatas; o PDS 492/09, sobre cooperação audiovisual entre o Brasil e a Índia; e o PDS 500/09, que traz o texto dos termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre.



Geraldo Magalhães

Heráclito cita casos da Bolívia, Paraguai e Equador, entre outros

Atuação da diplomacia brasileira é prejudicial ao país, diz Heráclito

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou a atuação da diplomacia brasileira, considerando-a prejudicial aos interesses nacionais. O senador citou os resultados da forma de agir do Itamaraty em questões internacionais em que o Brasil se envolveu durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com relação às negociações da Rodada Doha, Heráclito

disse que o Itamaraty adotou estratégia equivocada ao buscar liderar os países do Terceiro Mundo sem contar com o apoio necessário de todos os membros do grupo.

– Enquanto nos iludíamos [na Rodada Doha] com delírios de protagonismo mundial, o mundo fechava seus acordos bilaterais – afirmou o senador, assinalando que o Brasil ficava

de fora dessas negociações em âmbito mais restrito.

Quanto à América do Sul, Heráclito lembrou o “fracasso” dos empreendimentos da Petrobras na Bolívia, onde a empresa sofreu prejuízos com a estatização de suas instalações. O senador protestou ainda contra a desapropriação de terras de fazendeiros brasileiros instalados na Bolívia. Heráclito ressaltou

também a expulsão, no Equador, de empreiteiras brasileiras.

Referindo-se à Revisão do Tratado de Itaipu, o senador citou as concessões ao Paraguai, segundo ele, desfavoráveis ao Brasil, como o reajuste de 300% da remuneração ao Paraguai pela cessão da energia de Itaipu, elevando o bônus pago pelo Brasil de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões.

Acordo dá estatuto legal a práticas da Igreja Católica

O projeto de decreto legislativo (PDS 716/09) que referenda acordo internacional entre o Brasil e a Santa Sé, firmado em 2008 no Vaticano, já está tramitando na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O texto suscitou polêmica na Câmara dos Deputados, em especial por conta de protestos da bancada evangélica, que reclamou de privilégios concedidos à Igreja Católica.

Aprovado na semana passada pela Câmara, o acordo tem 20 artigos e consolida na lei condutas e procedimentos já adotados pela Igreja no país, como o casamento, o ensino religioso nas escolas e a imunidade tributária, concedendo segurança jurídica a esses atos ou situações. O acordo se baseia no direito internacional de liberdade religiosa e constitucional brasileiro de garantia do livre exercício de culto religioso.

Entre as duas dezenas de artigos, destacam-se o que reconhece à Igreja Católica o direito de desempenhar sua missão apostólica, assegurando, por exemplo, a prestação de assistência espiritual feita por missionários e eclesiásticos aos internados nas prisões ou em hospitais, de acordo com as normas das instituições.

Fica assegurada a representação diplomática do Brasil e do Vaticano, garantindo vistos permanentes ou temporários para os sacerdotes em atividade pastoral no país.

Os lugares de culto, documentos e outros bens patrimoniais da Igreja Católica no Brasil serão considerados patrimônio histórico e cultural do país.

No que diz respeito ao ensino religioso, o texto garante que as escolas públicas de ensino fundamental vão oferecer aulas, de matrícula facultativa, sem discriminar as diferentes confissões religiosas praticadas no país.

O tratado recomenda ainda que as autoridades públicas, na elaboração dos planejamentos e planos diretores das cidades brasileiras, se empenhem em destinar espaços para fins religiosos.

O acordo ainda garante o direito ao segredo do ofício sacerdotal e a homologação, na legislação brasileira, dos matrimônios realizados pela Igreja.

Apesar da polêmica, o texto não sofreu nenhuma alteração na Câmara, uma vez que, por se referir a acordo firmado entre dois Estados, só pode ser acatado ou rejeitado.